

Ficha de Unidade Curricular

Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
2025/2026

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Constitucional

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☐ Anual ☒
Horas de Trabalho: 504
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Carlos Blanco de Morais

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

-

6. Conteúdos programáticos:

Tema: Lei e Relações Inter-normativas

I. Relações inter-normativas

1. Aceção de norma jurídica na ordem constitucional portuguesa
2. A lei como critério político de decisão
3. Lei e ato referendário
4. Lei e decretos normativos de exceção
5. Lei e convenções internacionais
6. Lei e ato político
7. Lei e regulamento
8. Lei de valor reforçado e lei ordinárias simples
9. Relações de tensão entre leis reforçadas
10. Relações inter-regulamentares.
11. O Poder regulamentar das autoridades reguladoras
12. O conteúdo necessário das delegações legislativas

II. Lei e reserva de administração

13. A reserva vertical de lei e os seus limites
14. Da admissibilidade dogmática da impugnação de atos administrativos sob forma de lei
15. Lei parlamentar e o alcance dos poderes de superintendência do Governo
16. As evoluções jurisprudência constitucional sobre a reserva de lei parlamentar

III. Reserva de lei e reserva de jurisdição

17. A norma jurisprudencial
18. A força jurídica e persuasiva do precedente em sede de Justiça Constitucional
19. Lei, súmula vinculante e decisões com efeito vinculante no ordenamento brasileiro
20. A figura do “estado de coisas inconstitucional” e a normação dirigente da Justiça Constitucional
21. Processo constitucional, reserva de lei e reserva de jurisdição.

IV. Lei e direito da União Europeia

22. Da admissibilidade das diretivas regulamentares em face do Tratado de Lisboa
23. Lei e transposição de diretivas
24. O impacto do trans-judicialismo no ordenamento interno dos Estados-membros

25. Lei e expansão dos poderes da União por efeito da jurisprudência europeia.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

-

8. Metodologias de ensino:

-

9. Avaliação:

-

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

-

11. Bibliografia principal:

Carlos Blanco de Moraes "Curso de Direito Constitucional I (2022) e II (2018), Coimbra.
Carlos Blanco de Moraes "As Leis Reforçadas", Coimbra, 1998
Carlos Blanco de Moraes, "A Forma Jurídica do Acto de Transposição de Directivas Comunitárias", in "Legislação", 21, 1998
.....
Nuno Piçarra, "A Separação de Poderes como Doutrina e Princípio Constitucional", Coimbra, 1989,
Livio Paladin, "Le Fonti del Diritto Italiano", Bologna, 1996,
Marcelo Rebelo de Sousa, André Salgado de Matos, "Direito Administrativo Geral", I, Lisboa, 2004
Paulo Otero, "Legalidade e Administração Pública", Coimbra, 2003,
JORGE MIRANDA "Manual de Direito Constitucional" - V Volume, Coimbra, 2010
Sérvulo Correia- FRANCISCO PAES MARQUES, "Noções de Direito Administrativo", Lisboa, I, 2021
GUSTAVO ZAGREBELSKI " "Intorno alla legge"-Torino-2009-p. 40.
ANDREA MORRONE "Fonti Normative", Bologna, 2018
GONÇALO ALMEIDA RIBEIRO "O Constitucionalismo na Pós-Modernidade", lisboa, 2025.

PEDRO COSTA GONÇALVES "Manual de Direito administrativo" I Coimbra, 2019
André Salgado de Matos, "A Fiscalização Administrativa da Constitucionalidade", Coimbra, 2003.
GILMAR MENDES, PAULO GONET BRANCO "Curso de Direito Constitucional", S. Paulo, 2015.
MARIA LUISA DUARTE A Constituição Europeia e os Direitos de Soberania dos Estados-membros, elementos de um aparente paradoxo", in "Revista de Estudos Europeus", 1, 2007,
Massimo Luciani, "L'effet de la Supranationalité sur la Separation des Pouvoirs", in "Societas Ius Publici Europaei", Dir. Hartmut Bauer, Antonio D'Atena, Sakkoulas, Berliner, Bruyant, 2, 2007,
Luis Barbosa Rodrigues, "O Referendo Político a Nível Nacional", Coimbra, 1994;
Vitalino Canas, "Referendo Nacional, introdução e regime", Lisboa, 1998;
Maria Benedita Urbano, "O Referendo", ", Lisboa, 1998
Tiago Fidalgo de Freitas, "O Desenvolvimento de Leis de Bases pela Assembleia da República", in RFDUL, 2, 2001.

Luis Pereira Coutinho, "Regime Orgânico dos Direitos Liberdades e Garantias e Determinação Normativa", in "Revista Jurídica", Abril de 2001, p. 550 e seg.

Tiago Duarte, "A Lei por detrás do Orçamento", dissertação de doutoramento (policopiada), Lisboa, 2004

12. Observações:

-